



JUCESP PROTOCOLO  
546175/06-5

COLEGIADA



DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ n.º 65.654.303/0001-73

NIRE n.º 35300130707

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA  
EM 20 DE JUNHO DE 2006

**I. Data, Hora e Local:** Aos 20 dias do mês de junho de 2006, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, n.º 433, 7º andar, Bairro Alphaville.

**II. Presença:** Metade dos membros do Conselho de Administração.

**III. Mesa:** Marcio de Andrade Schettini - Presidente

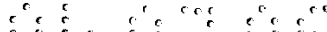
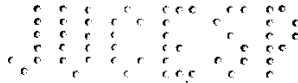
**IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei n.º 10.303, de 31 de outubro de 2001 ("Lei das Sociedades por Ações"), com base nos poderes que foram delegados ao Conselho de Administração pelos acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2006 (a "AGE") na qual deliberou-se (1) sobre o arquivamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), do primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários, com prazo máximo de 2 (dois) anos, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400"), a ser composto por debêntures não conversíveis em ações e notas promissórias, no montante de até R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais); (2) a emissão pela Companhia, para distribuição pública, de debêntures com as seguintes características: (a) *Número da Emissão:* 4ª emissão de debêntures ("4ª Emissão"); (b) *Conversibilidade:* simples, não conversíveis em ações; (c) *Espécie:* subordinada; (d) *Forma:* nominativas e escriturais; (e) *Quantidade:* até 5.000.700 (cinco milhões e setecentas); (f) *Montante Total da 4ª Emissão:* até R\$ 5.700.000.000,00 (cinco bilhões e setecentos milhões de reais) ("Debêntures"); (g) *Número de Séries:* duas séries, sendo 700 (setecentas) Debêntures da 1ª série ("Debêntures da 1ª Série") e 5.000.000 (cinco milhões) de Debêntures da 2ª série ("Debêntures da 2ª Série", em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, "Debêntures"); (h) *Valor Nominal Unitário:* as Debêntures da 1ª Série terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série"), e as Debêntures da 2ª Série terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal



Unitário das Debêntures da 2ª Série”), na data de emissão das Debêntures; (i) *Quantidade Adicional e Lote Suplementar*: a Companhia poderá elevar o montante da 4ª Emissão em até 20% (vinte por cento), conforme disposto no §2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400 e será facultado às instituições intermediárias da 4ª Emissão a opção de distribuição de lote suplementar das Debêntures nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, de até 15% (quinze por cento) do Valor Total da 4ª Emissão; (3) a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para que este delibere sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, sobre o valor total da 4ª Emissão e a remuneração das Debêntures, bem como o cancelamento das Debêntures, quando for o caso; e (4) a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para que esta contrate uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, bem como a contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, entre outros, podendo, ainda, celebrar a escritura de emissão das Debêntures, o contrato de distribuição e os demais contratos relativos à 4ª Emissão e praticar todos os atos necessários à realização da 4ª Emissão.

**V. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração decidiram deliberar sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme segue: (i) **Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2006 (“Data de Emissão”); (ii) **Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures da 1ª Série terão prazo de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2016 (“Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série”); e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2021 (“Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série”); na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série e na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu valor nominal, acrescido da respectiva remuneração devida; (iii) **Atualização do Valor Nominal das Debêntures:** não haverá atualização do valor nominal das Debêntures; (iv) **Remuneração:** Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série: As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes a, no máximo, 102,2% (cento e dois inteiros e dois décimos por cento) das Taxas DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação “(CETIP)”, sendo que o percentual acima referido será definido em processo de *bookbuilding*, (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série”) incidente sobre o valor nominal da Debênture da 1ª Série, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, definido a seguir. O processo de *bookbuilding* consiste na verificação, perante os investidores, da demanda pelas Debêntures da 1ª Série em diferentes níveis de taxa de juros. O percentual da Taxa DI final é



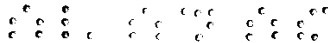
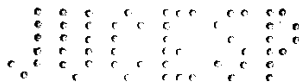


equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures da 1ª Série cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures da 1ª Série. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Companhia fixará o percentual da Taxa DI, conforme o artigo 59, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Define-se Período de Capitalização (“Período de Capitalização”) como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a primeira data de pagamento da Remuneração 6 (seis) meses após 1º de junho de 2006, ou seja, 1º de dezembro de 2006, e a última data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série coincidindo com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série. Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série: As Debêntures da 2ª Série renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das Taxas DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidente sobre o Valor Nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, exceto se de outra forma estiver expressamente previsto na Escritura da 4ª Emissão das Debêntures (“Escritura de Emissão”). No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, o agente fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas para definir, de comum acordo com a Companhia, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas. A Companhia se obriga a resgatar as Debêntures de titularidade dos debenturistas dissidentes, mediante solicitação destes, pelo saldo do valor nominal acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios até o dia do efetivo resgate das Debêntures, devendo o debenturista manifestar sua intenção por escrito ao agente fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias após a data de realização da assembléia de debenturistas tratada acima. As Debêntures



deverão ser resgatadas no prazo de até 10 (dez) dias após a data de realização da assembléia de debenturistas. A Taxa DI que deverá ser utilizada para o resgate das Debêntures será a última divulgada antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização; (v) **Repactuação**: a Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, poderá propor a repactuação de determinadas características das Debêntures da 1ª Série, de acordo com os seguintes termos e condições: a repactuação das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao final do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 1º de junho de 2009 (“Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série”). A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, poderá deliberar e comunicar aos debenturistas, por intermédio de publicação de aviso aos debenturistas, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série, as novas condições aplicáveis às Debêntures da 1ª Série, incluindo, mas não se limitando: ao prazo, à remuneração, à periodicidade de pagamento da remuneração e às demais características. Deverão ser divulgados também os locais do agente escriturador nos quais os debenturistas, cujas Debêntures estejam ali depositadas, poderão exercer o Direito de Venda, conforme definido adiante. Os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Companhia terão o direito de vender, à Companhia, todas ou parte das Debêntures de que sejam titulares, sendo que a Companhia será obrigada a adquirir integralmente as Debêntures objeto do exercício do direito de venda dos debenturistas (o “Direito de Venda”), desde que manifestem, no prazo de até 12 (doze) dias úteis a contar da data da publicação do Aviso aos Debenturistas, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), ou por meio dos procedimentos adotados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”), para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), ou, ainda, por intermédio do agente escriturador, para as Debêntures não vinculadas a esses sistemas, o exercício do Direito de Venda, indicando a quantidade de Debêntures sobre a qual desejam exercer o Direito de Venda (as “Debêntures Objeto de Venda”). A Companhia deverá informar ao agente fiduciário em até 6 (seis) dias úteis, contados do encerramento do prazo do exercício do Direito de Venda, a quantidade total de Debêntures Objeto de Venda, sendo que o valor de aquisição pela Companhia das Debêntures Objeto de Venda será calculado pelo Valor Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido dos juros remuneratórios cabíveis, calculado *por rata temporis* desde o último pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (“Preço de Exercício”). A aquisição das Debêntures Objeto de Venda deverá ser efetuada pela Companhia em 2 (dois) dias úteis contados da referida comunicação ao agente fiduciário (“Data do Exercício do Direito de Venda”). Na Data do Exercício do Direito de Venda, o SND, a CBLC, ou o agente escriturador, conforme o caso, liquidarão automaticamente a compra e venda das Debêntures Objeto de Venda, por meio de transferência das Debêntures Objeto de Venda da conta de custódia do debenturista para a conta de custódia da Companhia, com o respectivo pagamento, pela Companhia ao debenturista, do Preço de Exercício. A liquidação das operações de compra e venda será considerada quitação integral e regular do





Preço de Exercício pela Companhia aos debenturistas. As Debêntures Objeto de Venda poderão, por opção da Companhia, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures Objeto de Venda não farão *jus* a prêmio de qualquer natureza. Não haverá repactuação das Debêntures da 2ª Série; (vi) **Aquisição de Debêntures pela Companhia:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou ultimada data de pagamento dos últimos Juros Remuneratórios até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão *jus* à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação; (vii) **Prazo de Subscrição:** as Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, ou seja, 6 (seis) meses a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição; (viii) **Preço de Subscrição:** o preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização; (ix) **Integralização:** as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas; (x) **Amortização:** não haverá amortização programada para as Debêntures e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures de cada Série, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures de cada Série, o que ocorrer primeiro; (xi) **Datas de Pagamento da Remuneração:** os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente a partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão, sempre no dia 1º (primeiro) dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o último pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série coincidirá com a Data do Vencimento, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, o que ocorrer primeiro. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série deverão ser pagos na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série ou na data do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série, o que ocorrer primeiro; (xii) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fazem *jus* as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND e/ou pela CBLC, conforme o caso, para as Debêntures registradas em negociação nesses sistemas; ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas junto ao SND e/ou CBLC, conforme o caso, (ii) na sede da Companhia; ou (iii) na sede da Instituição Depositária ou, conforme o caso, (iv) por instituição financeira contratada para este fim; (xiii) **Encargos Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não



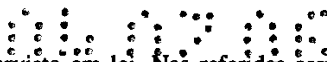
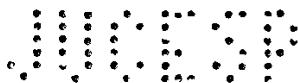
JUN 09

09:00

compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (xiv) **Resgate Antecipado:** não haverá resgate antecipado das Debêntures; (xv) **Vencimento Antecipado:** o agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir da Companhia o imediato pagamento integral do valor nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, em qualquer das seguintes hipóteses e de acordo com os procedimentos descritos a seguir: (1) intervenção, dissolução, liquidação ou extinção da Companhia; (2) pedido de recuperação extrajudicial, recuperação judicial, pedido de autofalência, ou decretação de falência da Companhia; (3) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 5 (cinco) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (4) falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, desde que não sanado em 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento de aviso escrito nesse sentido que lhe for enviado pelo agente fiduciário; (5) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia no valor de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) contra a Companhia que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito nesse sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se tiver sido validamente comprovado pela a Companhia que o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro; cancelado; ou efetuado o pagamento do(s) título(s) protestado(s); (6) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Companhia por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedade por Ações, (a) tal alteração societária for aprovada por titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação ou (b) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação; (7) transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Companhia para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras, diretas ou indiretas, ou para pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, diretas ou indiretas; ou (8) pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto pelo pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos (1); (2) e (3) acima, o agente fiduciário deverá ser imediatamente informado pela Companhia da ocorrência dos referidos eventos, e as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer das demais hipóteses previstas acima, o agente fiduciário deverá ser imediatamente informado pela Companhia da ocorrência de tais hipóteses. Não sendo tais eventos sanados dentro dos prazos previstos na Escritura de Emissão, o agente fiduciário deverá convocar, nos termos e condições da Escritura de Emissão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for comunicado pela Companhia, assembleias de debenturistas da 1ª e da 2ª Séries a serem







realizadas no prazo mínimo previsto em lei. Nas referidas assembleias de debenturistas de cada uma das séries, por deliberação de, no mínimo, 2/3 das Debêntures da 1ª Série em circulação, ou das Debêntures da 2ª Série em circulação, conforme o caso, poderão determinar que o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, ou das Debêntures da 2ª Série não seja declarado pelo agente fiduciário. Caso (a) seja deliberado nas assembleias de debenturistas de cada uma das séries o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, ou (b) não sejam instaladas, em segunda convocação, as referidas assembleias de debenturistas da 1ª Série, ou da 2ª Série, conforme o caso, o agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso. Uma vez declaradas vencidas as Debêntures da 1ª Série, ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, o agente fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada na sede da Companhia, com cópia para CETIP e à Instituição Depositária comunicando o fato. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada acima, com o valor de resgate calculado nos termos da Escritura de Emissão. Caso a Companhia não proceda ao resgate das Debêntures da 1ª Série, ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, no prazo estipulado, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao valor nominal das Debêntures os encargos moratórios previstos na Escritura de Emissão, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento; (xvi) **Destinação dos Recursos:** tendo como horizonte o período da 4ª Emissão, no contexto do plano estratégico da Companhia, os recursos da captação por meio da 4ª Emissão que venham a ser obtidos pela Companhia serão utilizados no financiamento das operações de arrendamento mercantil da Companhia conforme a demanda do mercado por operações dessa natureza, bem como na composição de caixa visando preservar sua liquidez, por meio de aplicações em títulos de emissão de instituições financeiras e em outras modalidades admitidas pela regulamentação em vigor, preferencialmente de emissão do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (“Unibanco”); (xvii) **Forma e Procedimento de Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP e/ou por meio do BOVESPAFIX, BOVESPA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas pela CBLCL, com tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta, sem recebimento de reservas antecipadas. A oferta será destinada a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, e alterações posteriores, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes do Coordenador Líder que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso ao prospecto e ao suplemento da 4ª Emissão. (xviii) **Negociação:** as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA; e



para negociação no mercado secundário; (i) ao SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA; e (ii) no BOVESPAFIX da BOVESPA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC; (xix) **Banco Mandatário, Instituição Depositária e Banco Escriturador:** o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. será o Banco Mandatário, da Companhia junto ao SND, a Instituição Depositária e o Banco Escriturador das Debêntures da 4ª Emissão; e (xx) **Quantidade Adicional e Lote Suplementar:** a opção de aumento da quantidade de Debêntures prevista no artigo 24 da Instrução nº 400/03 deverá ser exercida em até 3 (três) dias úteis para as Debêntures da 1ª Série e até 6 (seis) meses para as Debêntures da 2ª Série.

**VI. Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, a ata foi lavrada, aprovada e assinada pela totalidade dos membros do Conselho de Administração.

A presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da Companhia.

Barueri, 20 de junho de 2006

GERALDO TRAVAGLIA FILHO

MARCIO DE ANDRADE SCHETTINI

